

# Geopolítica e Cooperação em Defesa no Atlântico Sul: um Panorama da Consolidação do Entorno Estratégico do Brasil no Início do Século XXI

Murilo Gomes da Costa

*Doutor em Ciência Política / PhD in PolSci-IESP – UERJ. FLAD Atlantic Security Award Research Fellow-  
-IDN/FLAD/Atlantic Centre. Assistente Editorial / Editorial Assistant – Revista DADOS.\**

## Resumo

Este artigo analisa a importância do Atlântico Sul no contexto estratégico brasileiro, com ênfase nos desafios estratégicos e geopolíticos e nas iniciativas de cooperação em defesa do Brasil, decorridos do início do século XXI. O recorte temporal dá ênfase ao período entre 2000 e 2016, no qual o Atlântico Sul foi inserido no horizonte estratégico da política externa e da política de defesa do Brasil. A pesquisa parte de uma metodologia qualitativa, com uma análise de dados empíricos provenientes das bases de

acordos de cooperação, bem como da análise documental dos documentos declaratórios do Ministério da Defesa do Brasil. Como resultado, o autor observa que a cooperação internacional em defesa foi mobilizada tanto para consolidar as capacidades materiais brasileiras, como para reafirmar a presença do Brasil no Atlântico Sul, por meio do diálogo cooperativo com os demais Estados do Atlântico, pela via bilateral e multilateral.

**Palavras-chave:** Geopolítica; Cooperação Internacional; Atlântico Sul; Brasil; Defesa.

---

\* Este artigo respeita a grafia em uso no Brasil.

**Abstract**

*Geopolitics and Defence Cooperation in the South Atlantic: an Overview of the Consolidation of Brazil's Strategic Surroundings at the Beginning of the 21st Century*

*This article analyses the importance of the South Atlantic in expanding the idea of Brazil's strategic surroundings, with an emphasis on Brazil's strategic and geopolitical challenges and defence cooperation initiatives at the beginning of the 21st century. The time frame highlights the period between 2000 and 2016, in which the South Atlantic was inserted into the strategic horizon of Brazil's foreign policy*

*and defence policy. The research is based on a qualitative methodology, with an analysis of empirical data from the bases of cooperation agreements, as well as a documentary analysis of the declaratory documents of the Brazilian Ministry of Defence. The results show that international defence cooperation has been mobilised both to consolidate Brazil's material capabilities and to reaffirm Brazil's presence in the South Atlantic through cooperative dialogue with other Atlantic states, both bilaterally and multilaterally.*

**Keywords:** *Geopolitics; International Cooperation; South Atlantic; Brazil; Defence.*

Artigo recebido: 26.10.2023

Aprovado: 16.11.2023

<https://doi.org/10.47906/ND2024.167.02>

## Introdução

O presente artigo busca analisar a importância do Atlântico Sul na consolidação da ideia de entorno estratégico brasileiro, com ênfase nos desafios estratégicos e geopolíticos, bem como nas iniciativas de cooperação formalizadas no contexto do pós-Guerra Fria e início do século XXI. A escolha deste recorte temporal, justifica-se pela importância do Atlântico Sul no horizonte estratégico da política externa e da política de defesa do Brasil, particularmente a partir dos anos 2000.

No tocante à metodologia, o trabalho tem caráter exploratório e documental, realizando, portanto, uma análise descritiva e a apresentação de dados empíricos provenientes da análise de documentos declaratórios, bases de acordos de cooperação e conteúdo de mídias especializadas. A pesquisa também utiliza como fontes a literatura especializada em Relações Internacionais e Estudos Estratégicos.

Importa frisar o argumento central desta pesquisa de que um marco importante para consolidar o Atlântico Sul como parte do entorno estratégico do Brasil foi o fortalecimento do campo da cooperação internacional. Isto, porque entende-se que neste período analisado, a cooperação internacional ganhou ainda mais espaço na área da defesa nacional, assumindo um papel relevante na atuação internacional do Brasil. Vale ressaltar ainda que, naquele contexto, o Brasil adotou uma estratégia de inserção internacional mais autônoma e transparente. Essa estratégia foi consolidada, principalmente, com a publicação dos documentos declaratórios do Ministério da Defesa (MD) – a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) – que mapearam os principais desafios estratégicos brasileiros e delimitaram os rumos da defesa nacional.

Dois resultados imediatos, provenientes das discussões levantadas por esses documentos declaratórios do MD, foram: a) a implementação dos projetos estratégicos das forças armadas brasileiras; b) a priorização da cooperação internacional em defesa com o objetivo de melhorar as suas capacidades estatais e legitimar uma maior atuação internacional no seu entorno estratégico.

Na primeira seção será avaliado o papel do Atlântico Sul no contexto da segurança global e dos desafios estratégicos e geopolíticos, que ganharam relevância com o fim da Guerra Fria e o início do século XXI. Ainda nesta seção, é analisada a importância da descoberta das reservas petrolíferas do Pré-Sal e da criação do conceito de Amazônia Azul na consolidação do conceito de entorno estratégico do Brasil.

Em uma segunda seção, discute-se a presença das potências extrarregionais no Atlântico Sul, a partir de uma avaliação da configuração geopolítica do oceano, buscando evidenciar os principais desafios estratégicos e geopolíticos que os tomadores de decisão tiveram de encarar no período do pós-guerra fria e início do século XXI. Por fim, na última seção, é debatida a escolha do Brasil em priorizar a cooperação internacional em defesa para legitimar uma maior atuação internacional em seu

entorno estratégico e uma melhoria das suas capacidades materiais no campo da defesa nacional. Nesta seção, também serão brevemente apresentados os acordos de cooperação e as parcerias estratégicas com três potências extrarregionais europeias, a França, a Suécia e Portugal.

### **1. A dinâmica das relações do Brasil com o seu entorno estratégico e o papel do Atlântico Sul no pós-guerra fria e início do século XXI**

Com o final da Guerra Fria, o papel do Atlântico Sul no contexto da segurança global perdeu o sentido que tinha no período anterior, principalmente nas disputas por áreas de influências entre os EUA e a União Soviética. Ainda assim, as questões de segurança não foram deixadas de lado.

Dois esforços diplomáticos atuaram para transformar o Atlântico Sul em uma zona desnuclearizada. Do lado da América do Sul, em 1994, o Brasil aderiu em definitivo ao Tratado de Tlatelolco para a proscrição de armas nucleares na América Latina. Pelo lado do continente africano, em 1996, foi aprovado o Tratado de Pelindaba, que tornava o continente uma zona livre de armas nucleares (Oliveira, 2013).

Nos anos 2000, a segurança regional no Atlântico Sul passou a ser incluída com maior frequência na agenda da política externa e da política de defesa do Brasil, principalmente com a retomada das reuniões ministeriais da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), em 2007, e pela inserção das questões marítimas e de defesa, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Outro elemento que reforça a relevância do Atlântico Sul no entorno estratégico brasileiro é o avanço da cooperação em defesa com os países sul-atlânticos. A Zopacas, por exemplo, se tornou um meio para legitimar as pesquisas científico-militares dos países integrantes<sup>1</sup>, com a finalidade de auxiliar na própria modernização de seus instrumentos de defesa. O Brasil buscou, assim, o fomento da alta tecnologia nos aparatos de defesa e segurança, e, paralelamente, auxiliou os países vizinhos e, principalmente, os países membros na formação e capacitação de militares, bem como na venda ou cessão de equipamentos militares brasileiros. Um panorama mais amplo da cooperação em defesa no Atlântico Sul pode ser visualizado abaixo.

---

1 Os Estados membros da Zopacas: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo (Ministério da Defesa, 2014).

Figura 1  
Cooperação em Defesa no Atlântico Sul

## COOPERAÇÃO EM DEFESA NO ATLÂNTICO SUL

Acordos bilaterais na área de Defesa e Assuntos Militares firmados entre o Brasil, com países africanos ou países membros da Zopacas, entre 1990 e 2023



Fonte: elaboração própria, com base em Lima *et al.* (2017).

No contexto da CPLP, o Atlântico Sul também ganhou destaque na agenda desta comunidade. Houve a aprovação da “Estratégia da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para os Oceanos”, em 2008, que tratou de várias questões relativas ao mar (Moura Neto, 2012).

As ações da CPLP voltadas aos oceanos também ganharam destaque em 2016, com a III Reunião dos Ministros dos Assuntos dos Mares, realizada em Díli. Neste encontro foi aprovado o primeiro Plano de Ação da CPLP para assuntos marítimos.

No próprio continente africano foi aprovada, em 2012, a Estratégia Marítima Integrada de África 2050<sup>2</sup>, que oferece um quadro amplo para a proteção e exploração sustentável do domínio marítimo africano.

Dessa maneira, todas essas iniciativas – a cooperação internacional em defesa desempenhada pelo Brasil, o processo de revalorização da Zopacas, a ampliação das temáticas de defesa na CPLP e a discussão marítima no continente africano – buscam consolidar

2 Dentre os principais objetivos estratégicos, destacam-se a criação de uma Zona Marítima Exclusiva Combinada da África, a necessidade de maior Cooperação e Coordenação Interagência e Transnacional em Segurança e Proteção Marítima, bem como o estabelecimento da Sede Regional Marítima em África, que será padronizada com os Centros Regionais de Operações Marítimas (União Africana, 2012).

zonas de paz e segurança como bens coletivos, dentro das áreas de influência dos Estados situados no Atlântico Sul.

### 1.1. A consolidação da ideia de Entorno Estratégico do Brasil

No Brasil, no entanto, a relevância do Atlântico Sul ganhou ainda mais destaque com a emergência do conceito de entorno estratégico, no contexto da elaboração e publicação dos documentos declaratórios da política brasileira de defesa, desde meados da década de 1990.

A primeira utilização oficial de um conceito similar ao de entorno estratégico foi feita na Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o nome de Espaço Regional. No documento, ao tratar do quadro internacional no qual esta política era produzida, se exemplificou que o fim da Guerra Fria gerava novas dinâmicas nas relações regionais e internacionais. E, conforme aponta o texto da PDN, para o Brasil,

[...] país de diferentes regiões internas e de diversificado perfil, ao mesmo tempo amazônico, atlântico, platino e do Cone Sul, a concepção do espaço regional extrapola a massa continental sul-americana e inclui, também, o Atlântico Sul (Brasil, 1996, p. 5).

Os formuladores dessa política declaratória entendiam que, ao examinar as perspectivas estratégicas da região, era importante levar em consideração que “o mosaico de países e sub-regiões que a compõem é complexo e exige uma inserção regional múltipla, baseada em uma política de harmonização de interesses” (Brasil, 1996, p. 5). Portanto, já naquele momento havia a percepção de que o entorno estratégico brasileiro envolvia também o Atlântico Sul.

Um segundo momento no qual a concepção de entorno estratégico é explorada ocorre quase dez anos depois, no contexto de renovação e ampliação das políticas declaratórias de defesa do Brasil, já durante os mandatos de Lula da Silva (2003-2011). Neste período, o primeiro documento a ampliar a ideia de entorno estratégico foi a PDN de 2005. Neste documento, é apresentado um tópico dedicado ao tema sobre o “ambiente regional” e o “entorno estratégico”. A PDN menciona que o subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. E aponta que “com objetivo de aprofundar seus laços de cooperação, o Brasil visualiza um *entorno estratégico* que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países limítrofes da África” (Brasil, 2005, p. 1).

O documento exemplifica ainda que alguns processos eram importantes e contribuíam para a redução da possibilidade de conflitos no entorno estratégico brasileiro. Segundo a PDN, estes seriam:

[...] o fortalecimento do processo de integração, a partir do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações e da Comunidade Sul-Americana de Nações; o estreito relacionamento entre os países amazônicos, no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica; a intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (Brasil, 2005, p. 1)<sup>3</sup>.

Em 2008, o conceito de entorno estratégico volta a ser apresentado com a promulgação da END, em 2008. Este documento declaratório é definido como o vínculo entre o conceito e a política de independência nacional, de um lado, e as Forças Armadas para resguardar essa independência, de outro. Portanto, ele trata:

[...] de questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua “Grande Estratégia” e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa. Aborda, também, problemas propriamente militares, derivados da influência dessa “Grande Estratégia” na orientação e nas práticas operacionais das três Forças (Brasil, 2008, p. 2).

Sobre o conceito de entorno estratégico, o documento discute dois temas. O primeiro aparece na ideia de que ampliar as relações com o entorno estratégico era uma oportunidade a ser explorada, tendo em vista os pontos positivos e as vulnerabilidades da estrutura de defesa do Brasil naquele contexto. Essa oportunidade seria viabilizada, portanto, por meio do estreitamento da cooperação – técnica, de infraestrutura e de defesa – entre o Brasil e os países da América do Sul e, por extensão, com os países do entorno estratégico brasileiro (Brasil, 2008).

O segundo tema envolve a discussão sobre quais fatores contribuem para a manutenção da estabilidade regional. Neste sentido, o documento aponta que:

[...] O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Brasil, 2008, p. 27).

Já durante o governo Dilma Rousseff, com a promulgação do Livro Branco de Defesa Nacional, publicado em 2012, ao abordar os princípios básicos do Estado brasileiro,

---

3 Na versão atualizada da PDN, publicada em 2012, no governo Rousseff, ampliam-se os processos, incluindo também: “a intensificação da cooperação e do comércio com países da África, da América Central e do Caribe, inclusive a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac); o desenvolvimento de organismos regionais; a integração das bases industriais de defesa; o diálogo continuado nas mesas de interação inter-regionais, como a cúpula América do Sul-África (ASA) e o Fórum Ibas. A ampliação, a modernização e a interligação da infraestrutura da América do Sul, com a devida atenção ao meio ambiente e às comunidades locais, podem concretizar a ligação entre seus centros produtivos e os dois oceanos, facilitando o desenvolvimento e a integração” (Brasil, 2012, p. 21).

o documento aponta uma denominação similar ao de entorno estratégico brasileiro. A menção ocorre quando o documento trata das relações prioritárias do Brasil no sistema internacional. Sobre este assunto, o documento descreve que o “Brasil dá ênfase a seu entorno geopolítico imediato, constituído pela América do Sul, o Atlântico Sul e a costa ocidental da África” (Brasil, 2012, p. 12).

Dessa maneira, é possível argumentar que, ainda que o documento de defesa mais recente se utilize da expressão “entorno geopolítico imediato” para delimitar as regiões consideradas prioritárias para os interesses brasileiros em matéria de defesa e política externa, tais regiões condizem com aquelas definidas pela PDN e compreendidas pelo conceito de entorno estratégico brasileiro (Preusser de Mattos, 2013).

O conceito de entorno estratégico brasileiro pode ser sintetizado, portanto, como um conjunto de regiões geográficas estratégicas situadas no entorno do Brasil, que são consideradas prioritárias pelas autoridades brasileiras. Essas regiões seriam prioritárias, tanto para garantir a defesa do país contra ameaças externas, concretas ou potenciais, como para exercer influência, por meio de uma atuação de liderança militar, política, diplomática e econômica, que envolvam a promoção de políticas públicas que priorizem tais regiões (Sois e Roedel, 2015, p. 569).

## **1.2. A descoberta do Pré-Sal e a construção do conceito de Amazônia Azul como ponto de partida para a ampliação do entorno estratégico brasileiro**

Outro ponto de partida para entender a inclusão do Atlântico Sul na consolidação do entorno estratégico brasileiro é o debate sobre a soberania brasileira no mar. Essa dimensão doméstica da atuação do Brasil no Atlântico Sul tem relação com a fronteira marítima brasileira – nomeada pelo conceito político-estratégico de Amazônia Azul – e com a perspectiva de sua ampliação, o que envolve os regimes internacionais do direito internacional do mar, além do rico potencial em recursos estratégicos dessa região.

Para contextualizar o debate sobre a Amazônia Azul e a ideia de alargamento da soberania na fronteira marítima do Brasil, importa analisar em retrospecto, como o governo brasileiro aderiu à retórica de utilização do conceito de Amazônia Azul. A primeira utilização pública deste conceito, no entanto, ocorreu no ano de 2005, quando foi empregada por Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante da Marinha, no artigo “A outra Amazônia”, publicado na Folha de São Paulo, em que argumenta que Amazônia Azul:

[...] enseja um amplo horizonte de valores, recursos e iniciativas. A partir dessa ocasião a Marinha passou a adotar esse conceito, seja como objetivo educacional ou cultural, seja como objetivo político. O objetivo maior da Marinha é despertar na sociedade Brasileira uma mentalidade marítima consistente, coerente com as dimensões e importância dessa

região para o Brasil. O uso dessa ideia força nessa última década e sua imediata aceitação por parte da população apontam para um êxito dessa empreitada (Carvalho, 2005, p. 1).

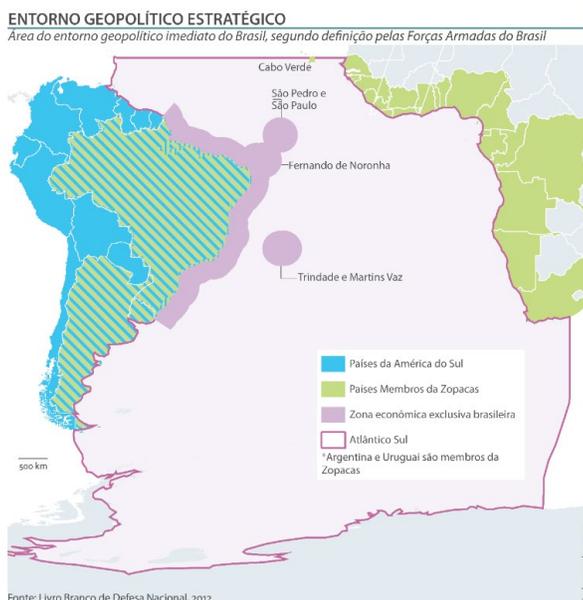
Desde então, a Marinha do Brasil incorporou oficialmente o conceito, como forma de nomear o território marítimo brasileiro, região na qual a Marinha tem a responsabilidade de garantir a segurança e defesa das linhas de comunicação marítimas, portos, plataformas petrolíferas, dentre outros aspectos estratégicos. E, seguindo tal perspectiva, o governo brasileiro incorporou o conceito de Amazônia Azul, de forma oficial, sempre que houvesse menção ao seu território jurisdicional marítimo em documentos ou discursos.

A relevância do conceito teve o seu ápice, com respaldo legal, quando em 2015, o governo Dilma instituiu por meio da Lei Nº 13.187, o Dia Nacional da Amazônia Azul. A data foi escolhida em homenagem à entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, em 16 de novembro de 1994 (Brasil, 2015).

Dessa maneira, o reconhecimento e a importância dada ao território jurisdicional brasileiro associam-se diretamente ao processo de consolidação e ampliação do entorno estratégico do Brasil.

Diante disso, consolidou-se geograficamente o que seria o entorno estratégico ampliado do Brasil (ver Figura 2).

**Figura 2**  
**Entorno Geopolítico Estratégico**



Fonte: Lima *et al.* (2017).

A demarcação geográfica do entorno estratégico brasileiro ampliado congrega algumas áreas de interesse brasileiro. O primeiro é o entorno estratégico imediato, com a presença de todos os países da América do Sul. O segundo ambiente de interesse do entorno estratégico é o Atlântico Sul. O terceiro é o conjunto dos países africanos banhados pelo Atlântico Sul. Por fim, a Antártida, estando ao extremo Sul da região sul-atlântica, sendo uma região importante para o Brasil, tanto para o desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas, como também na consolidação de uma presença em todo o Atlântico Sul.

Importa ressaltar que uma das principais justificativas para o investimento na retórica da Amazônia Azul e no próprio debate sobre a ampliação da fronteira marítima brasileira ocorreu por conta do anúncio feito pela Petrobrás, em 2006, sobre a descoberta de novas jazidas na Bacia de Campos e dos campos nas águas profundas da Bacia de Santos, região que ficou conhecida como o Pré-Sal (Figura 3).

**Figura 3**  
**Província Petrolífera do Pré-Sal**

**PROVÍNCIA PETROLÍFERA DO PRÉ-SAL**

*Demarcação das Bacias produtoras de petróleo, marítimas e terrestres, com a indicação da região do Pré-Sal*



Fonte: Petrobrás (2023), adaptada pelo autor.

A maior atenção dada às questões de soberania no mar se inseriu no aumento das atividades de exploração econômica nos mares e oceanos, com uma tendência de crescimento nos médio e longo prazos. Esse grande potencial econômico despertou a atenção de diplomatas, pesquisadores e militares que passaram a avaliar possíveis disputas entre nações por recursos marinhos, sejam eles pesqueiros ou minerais. Além disso, esse evento engendrou novas nas discussões jurídicas e políticas sobre o direito do mar, principalmente sobre o alargamento das fronteiras marítimas dos Estados. Importa abordar aqui, portanto, como se deu a evolução dos trâmites legais para a ampliação da fronteira marítima brasileira, que foi viabilizada por meio do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira, o LEPLAC, desde 1987. Desde a formalização do LEPLAC, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) do Brasil apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU diversas propostas de ampliação do território marítimo brasileiro. Uma síntese dos pleitos pode ser visualizada na figura abaixo:

**Figura 4**  
**Cronologia dos Pleitos para a Ampliação da “Amazônia Azul”**

#### **CRONOLOGIA DOS PLEITOS PARA A AMPLIAÇÃO DA “AMAZÔNIA AZUL”**

*Evolução dos pleitos do Brasil para a ampliação dos limites exteriores da plataforma continental brasileira, além das 200 milhas, entre 2004 e 2024*



Fonte: Marinha do Brasil (2023)

Fonte: elaboração própria, com base em Marinha do Brasil (2023).

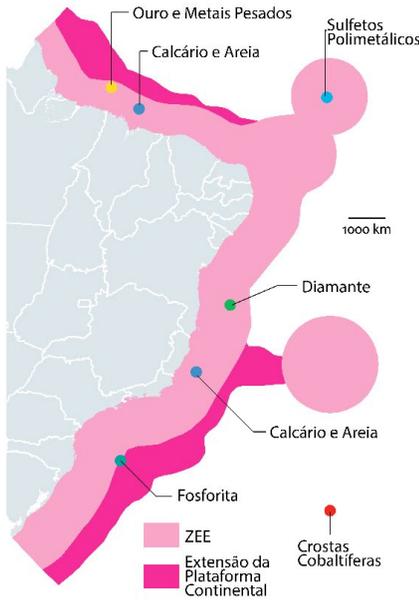
Caso a CLPC aprove todos os pleitos ainda em análise, a chamada “Amazônia Azul” passará a ter cerca de 5,7 milhões de km<sup>2</sup>.

Para além dos recursos petrolíferos do Pré-Sal, existem outros recursos estratégicos, situados no ambiente marinho da zona jurisdicional brasileira. Na figura abaixo (Figura 5), é possível identificar uma síntese de toda esta riqueza, sendo, portanto, ativos estratégicos e marinhos que reforçam a necessidade de ampliação da soberania brasileira em sua fronteira marítima.

**Figura 5**  
**Riquezas da Amazônia Azul**

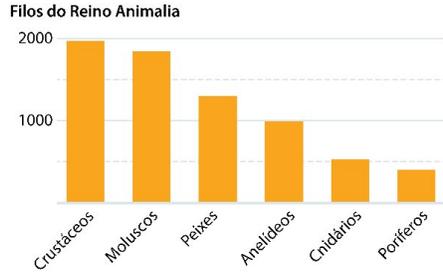
**RIQUEZAS DA AMAZÔNIA AZUL**

*Mapeamento dos principais minérios do leito marinho na costa brasileira, em 2016*

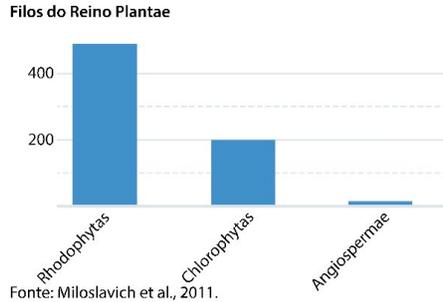


Fonte: Christante, 2010.

*Quantidade de espécies conhecidas na biodiversidade marinha da Amazônia Azul, em 2016*



Fonte: Miloslavich et al., 2011.



Fonte: Miloslavich et al., 2011.

Labrumundo, 2017

Fonte: Lima *et al.* (2017).

Frente a esta diversidade de riquezas e recursos estratégicos, houve um aumento nos investimentos para a descoberta e a exploração sustentável de recursos no mar. Neste sentido, Costa (2014) argumenta que nas últimas décadas:

[...] foi registrado um redobrado esforço na tentativa de superar a nossa modesta posição internacional em ciências do mar e a notória insuficiência dos conhecimentos sobre o Atlântico Sul em particular. As agências de fomento e a comunidade científica mobilizaram-se e o resultado é o promissor conjunto de programas (todos em rede) focados em pesquisas nas áreas da oceanografia geral, biologia marinha e geologia marinha, além daqueles relacionados ao atualíssimo interesse pelos temas envolvendo fenômenos de larga escala como o do papel da interação oceanos-atmosfera no funcionamento global do clima (Costa, 2014, p. 1).

Em síntese, a perspectiva de ampliação da fronteira marítima brasileira demandou uma confluência de ações, desde aquela realizada pelos atores diplomáticos, na garantia

de negociações para a elaboração de um tratado internacional que definisse fronteiras marítimas, até os estudos realizados por pesquisadores, diplomatas e militares, para vislumbrar a potencialidade de ampliação da fronteira, principalmente mediante a grande riqueza em recursos estratégicos.

Esta dimensão da soberania brasileira na Amazônia Azul possibilita entender o ponto de partida do Brasil para pensar uma ampliação de sua atuação e inserção em seu entorno estratégico ampliado. Em especial, no campo da política de defesa, essa atuação foi reforçada por meio da publicação dos documentos declaratórios do Ministério da Defesa, que argumentaram em favor dos altos investimentos nos projetos estratégicos das Forças Armadas, principalmente nos projetos da Marinha do Brasil.

## 2. Presença de Potências Extrarregionais no Atlântico Sul

Outro desafio estratégico que serviu de motivação para que o Brasil buscasse uma maior atuação brasileira no Atlântico Sul foi a presença de potências extrarregionais na Bacia do Atlântico. Nessa seção, portanto, será abordada prioritariamente a atuação dos Estados Unidos e do Reino Unido no cenário geopolítico do Atlântico Sul, ainda que em um escopo mais amplo, haja outros atores relevantes, tais como a França, China, Rússia e Turquia, por exemplo, com atuações significativas no continente africano.

Historicamente, os EUA estiveram presentes nas relações militares no Atlântico Sul, mesmo sem um arcabouço formal. Tais relações foram implementadas por meio dos cursos de instrução militar e dos contínuos exercícios navais conjuntos com os países sul-americanos. Para isso, os EUA contam com instalações militares na Ilha de Ascensão, atualmente um território ultramarino britânico, que foi arrendada pelos ingleses e que é de grande valor estratégico, por estar situada próxima ao “estrangulamento” Natal-Dakar (Davis, 1996).

Conforme argumenta Battaglino (2009), a atuação dos EUA é justificada pela retórica de que os países do Atlântico Sul não possuem ameaças estatais externas. Portanto, deveriam transformar as suas forças navais em forças de segurança para o combate ao terrorismo, à pirataria e ao narcotráfico, principalmente em suas zonas jurisdicionais no mar. Por outro lado, tal retórica também enfatiza que a defesa militar do espaço marítimo no Atlântico Sul poderia ser garantida pelos EUA. No entanto, esse argumento só tende a limitar a autonomia militar e estratégica dos Estados em desenvolvimento situados no Atlântico Sul.

É interessante notar também um importante elemento da economia política estadunidense, relacionado ao fato de que os Estados Unidos buscaram diminuir a sua elevada dependência de petróleo do Oriente Médio, tendo como alternativa outras fontes fornecedoras, sendo esse um dos pontos principais da visão estratégica

de longo prazo dos EUA na construção de relações estratégicas com os países do Atlântico Sul (Neves, 2015).

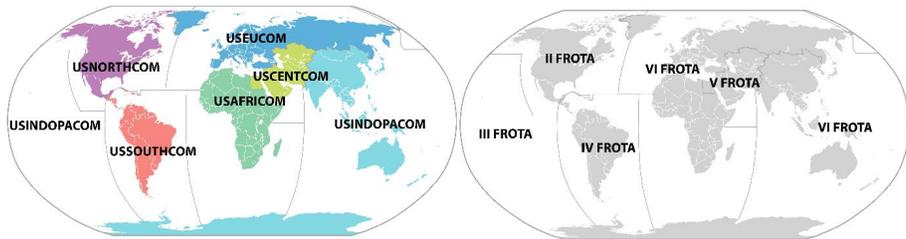
Frente a tal cenário, a presença estadunidense no Atlântico Sul se concretizou em três categorias de ação: o restabelecimento da IV Frota dos EUA, em julho de 2008, o fortalecimento do United States Southern Command (USSOUTHCOM) e a criação do United States Africa Command (USAFRICOM), em outubro de 2008. Pela primeira vez, os EUA passam a ter uma estrutura militar que conta com seis Comandos Unificados Combatentes e seis Frotas no globo (Battaglino, 2009).

Uma síntese da atuação global do poder militar dos EUA pode ser visualizada na figura abaixo, com destaque para os Comandos combatentes geográficos baseados em terra e nas áreas de atuação das Frotas estadunidenses.

**Figura 6**  
**Atuação Global do Poder Militar e Naval dos EUA**

**ATUAÇÃO GLOBAL DO PODER MILITAR E NAVAL DOS EUA**

*Áreas de responsabilidade para os seis comandos combatentes geográficos baseados em terra e identificação das áreas aproximadas de atuação das Frotas dos EUA, em 2022*



Fonte: WikimediaCommons (2022)

Fonte: elaboração própria, a partir de Wikimedia Commons (2022).

Como é possível visualizar na figura acima, a IV Frota é responsável pela segurança da América do Sul e do Atlântico Sul, comportando os navios, submarinos e aeronaves que fazem a defesa da área sob responsabilidade do USSOUTHCOM. Segundo Maclay *et al.* (2009), o objetivo oficial declarado da IV Frota é o estreitamento da cooperação e da parceria dos países da região por meio de cinco missões: o apoio a operações de manutenção de paz, a assistência humanitária, o auxílio a desastres, os exercícios marítimos tradicionais e, também, o apoio às operações antidroga.

Battaglino (2009) expõe ainda dois argumentos para a expansão da infraestrutura militar global estadunidense, para justificar a recriação da IV Frota: a definição do terrorismo internacional como principal ameaça, após o 11 de setembro de 2001, e o modo operacional de vigilância persistente e extensa que visa ao controle e à ocupação dos chamados espaços comuns, com destaque para as áreas do mar e do espaço não pertencentes a nenhum Estado nacional. Dessa maneira, tanto a IV Frota quanto o USAFRICOM seriam manifestações organizacionais desta estratégia.

Battaglino (2009) argumenta que a reativação da IV Frota também funciona como um mecanismo de demonstração de força e afirmação da presença estadunidense no Atlântico Sul, em face à crescente presença da China e da Rússia na disputa de recursos da região.

Um exemplo de securitização em curso no Atlântico Sul, envolvendo atores extrarregionais, teve início em março de 2010, no Golfo da Guiné, com os exercícios militares em escala multinacional, intitulados *Obangame Express*, sob vigilância do Comando dos Estados Unidos em África. Em sua última edição, no ano de 2023, contou com a presença de 32 países. O Brasil passou a se engajar com os exercícios a partir de 2012 (Defesa em Foco, 2023).

No tocante ao AFRICOM, ele foi criado pelos EUA<sup>4</sup> em 2006. Um dos motivos para a sua criação era a ávida procura por recursos estratégicos. Naquele período, os EUA buscavam aumentar a sua importação de petróleo de uma zona de interesse vital, o Golfo da Guiné, situado na costa africana (Almeida e Bernardino, 2013).

Portanto, desde 2009, a Marinha dos EUA colocou em operação um sofisticado sistema de vigilância, com o uso de radares, que fazem o rastreamento de São Tomé e Príncipe até Cabo Verde, capaz de monitorar todo o Golfo da Guiné. O sistema atua na localização e identificação de navios que circulam naquele espaço marítimo, monitorando, assim, todas as rotas navais que por ali passam. Ademais, o componente naval do AFRICOM desenvolve um projeto de assistência naval para dotar os países membros da Comissão do Golfo da Guiné (CGG)<sup>5</sup> de meios de ação rápida, para operações concretas de abordagem e interdição marítima (Almeida e Bernardino, 2013, p. 5).

Em suma, nota-se que dos dois lados do Atlântico Sul, os EUA fortaleceram a sua presença militar nas últimas décadas, seja numa ação mais ostensiva, em operações e exercícios militares, seja por intermédio da cooperação e capacitação das forças navais de países da região. Além disso, o crescimento da importância estratégica do oceano para a potência estadunidense fez com que esta adotasse uma abordagem que, muitas vezes, cria desafios estratégicos aos países costeiros do Atlântico Sul. No caso do Reino Unido, o Atlântico Sul exerceu papel central para o estabelecimento do império ultramarino britânico. Assim, para a consecução deste objetivo, os estrategistas da Marinha Inglesa acreditavam que o Reino Unido deveria controlar

---

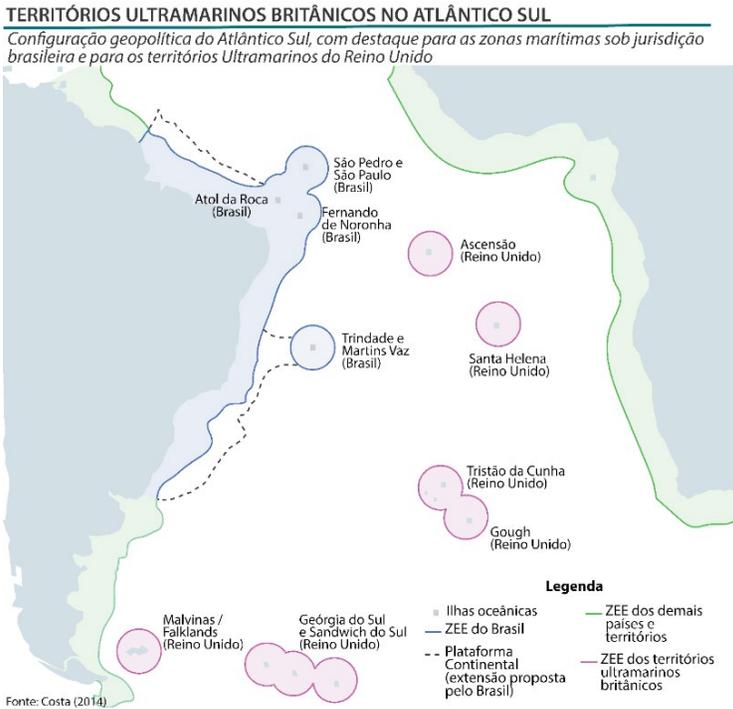
4 O AFRICOM atua principalmente no Golfo da Guiné, mas sua jurisdição engloba 53 países africanos, exceto o Egito (Oliveira e Paulo, 2013).

5 A CCG nasceu do tratado assinado em Libreville, República Gabonesa, no dia 3 de julho de 2001, por Angola, Congo, Gabão, Nigéria e São Tomé e Príncipe. Funciona como uma Zona de Paz e Segurança, sendo, portanto, uma ferramenta institucional permanente de cooperação dos Estados ribeirinhos do Golfo da Guiné. Em 2008 também aderiram os Camarões e a República Democrática do Congo. A CCG tem a intenção de ampliar a sua membresia com vista a transformar a sub-região numa Zona de Paz e Segurança (CCG, 2023).

as rotas marítimas estratégicas. Deste modo, ao longo de sua história, o Reino Unido estabeleceu uma presença territorial destacada na Bacia do Atlântico Sul, o que lhe confere capacidade estratégica singular atualmente, superior, inclusive, aos próprios países costeiros deste oceano (Penha, 2011).

Na figura abaixo são ilustrados os principais territórios ultramarinos britânicos, que dão uma dimensão da ampla presença das forças de defesa britânicas no cenário geopolítico do Atlântico Sul.

**Figura 7**  
**Territórios Ultramarinos Britânicos no Atlântico Sul**



Fonte: elaboração própria, com base em Costa (2014).

Vale destacar ainda que os ingleses têm uma das marinhas mais bem equipadas do mundo e também possuem forças de defesa no Atlântico Sul. O Reino Unido emprega um submarino com base na ilha de Ascensão. E também possui um destróier em estado de patrulha permanente no Atlântico Sul (Guimarães, 2016).

Desde o fim do conflito com a Argentina, em 1982, o Reino Unido estabeleceu uma guarnição nas Ilhas Malvinas, composta por elementos navais, terrestres e aéreos. Há, portanto, dois destacamentos na ilha. A Artilharia Real, que fornece poder de fogo ao

Exército Britânico. E o Corpo de Engenheiros Reais, formado por “sapadores”, que são soldados polivalentes, engenheiros de combate e comerciantes, prestando apoio essencial a todas as áreas do Exército Britânico, em tempo de paz e em operações (Reino Unido, 2023).

Tendo em vista esta atuação das potências extrarregionais, é importante ressaltar, portanto, a relevância das iniciativas multilaterais que criem no Atlântico Sul um espaço de identidade e interesse compartilhados entre os Estados costeiros do Sul, tanto da América do Sul, como do continente africano. Isto, porque a “identidade sul atlântica é construída não apenas por uma agenda positiva em comum, mas também por esforços de construção de novas ameaças, sempre associadas à noção de cobiça alheia pelos recursos do Atlântico Sul” (Abdenur e Marcondes, 2014, p. 218).

No entanto, como veremos na seção seguinte, isso não passa por uma exclusão total da participação dos atores extrarregionais nesse processo de fortalecimento da autonomia dos Estados do Atlântico Sul, tendo em vista que as potências extrarregionais europeias ocupam posição central no campo da cooperação internacional em defesa, principalmente no tocante às tecnologias mais avançadas em termos de aparatos militares.

### **3. A cooperação em defesa e a ampliação das parcerias do Brasil com as potências extrarregionais europeias**

A revolução tecnológica que ocorreu na segunda metade do século XX deixou marcas significativas em áreas como telecomunicações, transporte, setor energético, aeroespacial, robótica e saúde. No entanto, para acompanhar esses avanços, o Brasil enfrentou desafios decorrentes do conservadorismo das tradicionais potências do Norte, que relutavam em compartilhar tecnologias consideradas sensíveis. Diante dessa realidade, o país buscou ativamente diversificar suas parcerias estratégicas.

As iniciativas de cooperação em defesa brasileiras resultaram na formação de novas parcerias, permitindo o desenvolvimento conjunto de tecnologias, ao mesmo tempo em que preservavam os acordos já estabelecidos. Esse movimento ocorreu concomitantemente a uma transformação na atuação do Brasil no âmbito da Cooperação em Defesa, no qual o país adotou uma postura mais proativa no cenário internacional, deixando de ser predominantemente um receptor de ajuda.

Essa mudança ocorre devido a um projeto político de inserção internacional e de desenvolvimento doméstico, do qual a política de defesa está incluída. O Brasil, por meio da cooperação internacional em defesa, deixou de buscar prioritariamente a modernização ou adaptação – reduzindo o hiato tecnológico e assimilando inovações doutrinárias – para desenvolver um processo de transformação de suas Forças

Armadas e de outras capacidades nacionais – incluindo uma maior autonomia em tecnologias sensíveis. Esse compromisso com o processo de transformação ficou documentado na Estratégia Nacional de Defesa, que levou à criação de projetos estratégicos dentro das três Forças Armadas (Costa, 2022).

Este processo de transformação teve como ponto de partida os projetos estratégicos de cada um dos três braços das Forças Armadas brasileiras. Os projetos estratégicos foram criados em conformidade às análises da END. Este documento também faz um diagnóstico dos principais problemas que envolvem as forças armadas e traz recomendações de curto e médio prazo para superá-los. Nesta seção, no entanto, terão destaque alguns dos projetos estratégicos que envolveram um processo de cooperação em defesa com transferência de tecnologia (Costa, 2022).

Para trazer casos empíricos de incorporação de tecnologias, fortalecimento da indústria e da produção nacional, pode-se mencionar o acordo de 2008, assinado entre o Brasil e a França, representada pela empresa DCNS, que visou fomentar o desenvolvimento do Programa de Submarinos (Prosub) da Marinha do Brasil e a construção da base naval de Itaguaí. A característica mais importante desse acordo foi o fato de os contratos incluírem cláusulas de transferência de tecnologia de ponta para o país, permitindo que o Brasil detenha os conhecimentos necessários para construir submarinos de propulsão nuclear (SN-BR) em território nacional (Costa, 2018).

No tocante ao desenvolvimento dos submarinos, em especial os submarinos convencionais, foi construída em território francês a seção de proa do 1.º submarino por técnicos da Marinha do Brasil e da DCNS. No Brasil, foram construídas todas as demais seções do 1.º submarino e as demais seções dos submarinos restantes, sendo responsabilidade dos técnicos da Marinha do Brasil, com assessoramento da DCNS (Costa, 2018).

No caso do SN-BR, a sua construção é feita em território nacional. No projeto do SN-BR, as empresas nacionais atuarão fornecendo diversos componentes, incluindo muitos de alta tecnologia, e prestando serviços de engenharia e gerenciamento industrial nas áreas não-nuclear, onde há assistência técnica da DCNS. Já na área nuclear do projeto, a responsabilidade é da Marinha do Brasil, especialmente pelo fato do Brasil já possuir conhecimentos e tecnologias nacionais para a sua execução (Hirschfeld, 2014).

Outro projeto de cooperação em defesa que merece destaque é o acordo entre a Suécia e o Brasil, que resultou na aquisição de 34 caças suecos da Saab, do modelo Gripen-NG. Nesse acordo ficou definido que a transferência de tecnologia partiria do estabelecimento de uma parceria entre a Saab e a Embraer, as quais trabalhariam em parceria na produção da aeronave, internalizando a capacidade tecnológica e conferindo autonomia à indústria aeronáutica militar brasileira. Com base nessa parceria, a Saab e a Embraer investiram em uma linha de montagem do Gripen-

-NG no Brasil, facilitando a alteração e adaptação de elementos técnicos da aeronave e criando as bases para o desenvolvimento conjunto deste modelo ou mesmo de futuros projetos (Mitozo, 2017).

Um dos principais legados dessa cooperação em defesa foi a criação da Saab Aero-náutica Montagens (SAM), primeira fábrica de aeroestruturas da Saab fora da Suécia. No local são construídas as seções do Gripen que serão entregues para a montagem final do caça na fábrica da Embraer no Brasil e em Linköping, na Suécia. Atualmente, a SAM conta com cerca de 70 funcionários, sendo que metade deles já participou ou está participando do programa de transferência de tecnologia, na Suécia. Uma parcela desses funcionários, inclusive, concluiu o treinamento e voltou para iniciar a produção no Brasil (Mitozo, 2017).

O maior diferencial desta cooperação é o programa de transferência de tecnologia. Além da capacitação dos engenheiros e outros profissionais brasileiros, no programa há transferência de tecnologia para a Embraer, a AEL Sistemas, a Akaer, a Atech, a Saab Aeronáutica Montagens, a Saab Sensores e Serviços do Brasil, Mectron Communication e para o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, por meio de seus institutos subordinados. Além disso, durante o processo de construção dos Gripen-NG, algumas empresas brasileiras passaram a integrar a cadeia global da Saab, tornando-se fornecedoras do caça para as encomendas feitas pela própria Suécia e por futuros operadores do Gripen de nova geração (Saab, 2023).

Por fim, é importante olharmos para o aprofundamento da cooperação em defesa do Brasil e de Portugal, bem como para a cooperação do Estado português com os países situados no Atlântico Sul.

Ao analisar o relacionamento da cooperação luso-brasileira, desde o marco legal do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em 2000, a temática da defesa já se fez presente (Consulado Geral de Portugal em São Paulo, 2022).

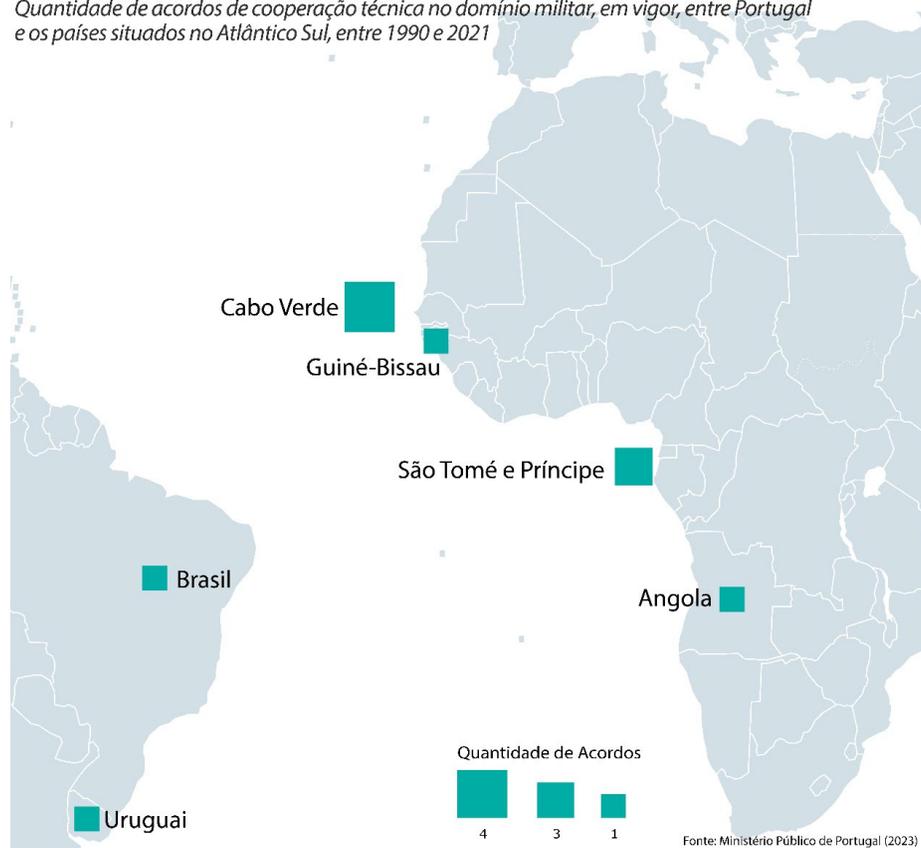
No seio desta relação, o Atlântico Sul ganhou ainda mais notoriedade na última década. Em 2017, por exemplo, no evento “I Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Portugal”, ambos governos firmaram um acordo para aprofundar a cooperação em defesa, com ênfase em questões marítimas. Na ocasião, enfatizou-se o potencial da cooperação na área da indústria de defesa e também foi discutida a ampliação dessa parceria para o setor da construção naval. Um dos pontos-chaves enfatizados pelos ministros da Defesa do Brasil e de Portugal foi a centralidade da manutenção da Zopacas, tendo em vista que este é um importante espaço geopolítico, que concentra diversos interesses e riquezas naturais cobiçadas, inclusive o petróleo (Abimde, 2017).

O amplo engajamento lusitano no Atlântico Sul fica evidente nos diversos Programas-Quadro em Defesa, principalmente na cooperação técnica, conforme ilustrado na página seguinte.

**Figura 8**  
**Acordos de Cooperação de Portugal do Atlântico Sul**

**ACORDOS DE COOPERAÇÃO DE PORTUGAL NO ATLÂNTICO SUL**

*Quantidade de acordos de cooperação técnica no domínio militar, em vigor, entre Portugal e os países situados no Atlântico Sul, entre 1990 e 2021*



Fonte: Ministério Público de Portugal (2023)

Fonte: elaboração própria, com base em Ministério Público de Portugal (2023).

Os acordos abrangem projetos de natureza técnico-militar, principalmente aqueles ligados aos aspectos da segurança marítima e à criação de condições para a participação conjunta das Forças Armadas portuguesas e dos países referidos em missões de paz e humanitárias (Portugal, 2022).

Importa ressaltar também o destacado protagonismo diplomático de Portugal nos debates sobre o Atlântico. Essa atuação ficou ainda mais evidente com o lançamento da iniciativa Atlantic Centre, como um centro multilateral de excelência, que promove o desenvolvimento da capacidade de defesa.

A iniciativa foi formalizada em 14 de maio de 2021, na Base Aérea n.º 4, nas Lajes, Ilha Terceira, em Açores. A declaração conjunta sobre o Centro do Atlântico já foi assinada por 23 nações atlânticas até julho de 2023. O documento destaca que o Centro Atlântico se concentra em melhorar o contexto de segurança de todo o Atlântico, como parte de uma abordagem abrangente que visa identificar e fornecer respostas aos desafios atuais e futuros. Ele também é um recurso fundamental para unir os interesses Norte-Sul, estabelecendo uma plataforma importante para o diálogo e a cooperação “pan-atlânticos”.

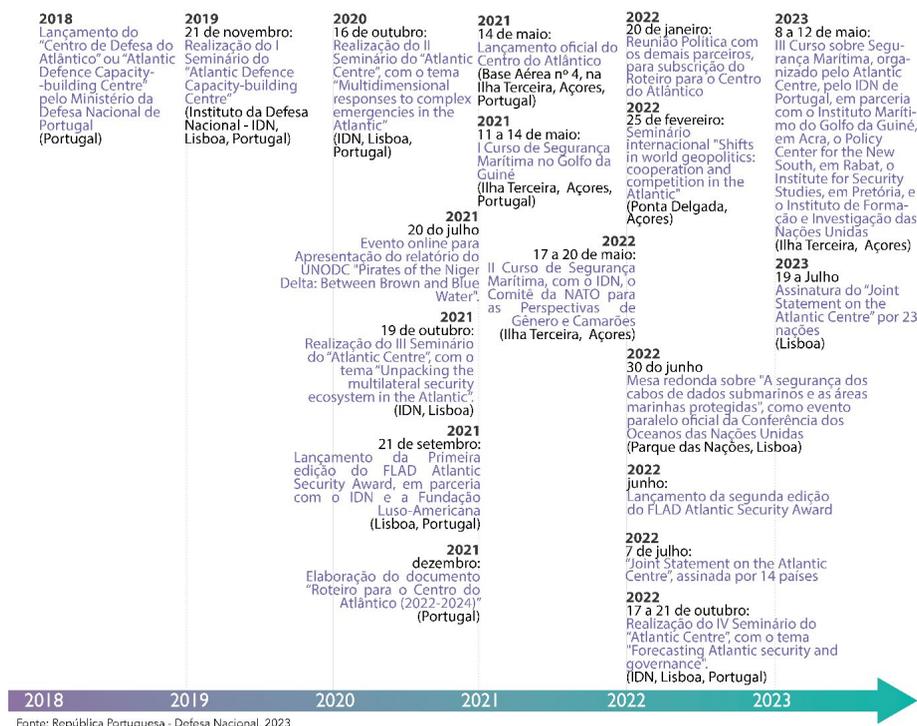
Apesar de sua oficialização ter ocorrido apenas em 2021, desde 2018 há um amplo rol de iniciativas que envolveram diretamente o Centro do Atlântico. Abaixo apresentamos uma síntese das principais atividades desenvolvidas:

Figura 9

Cronologia de Atividades do Atlantic Centre

**CRONOLOGIA DE ATIVIDADES DO “ATLANTIC CENTRE”**

Detalhamento das principais atividades desenvolvidas pelo Atlantic Centre, entre 2018 e 2023



Fonte: República Portuguesa - Defesa Nacional, 2023

Fonte: elaboração própria, com base em Portugal (2023).

Esse amplo rol de iniciativas denota que é imprescindível que o Brasil mantenha um constante diálogo com Portugal e com os demais países engajados com essa nova iniciativa multilateral, se ele deseja manter-se um ator relevante nos debates sobre paz, segurança e defesa do Atlântico, o que possibilitaria a construção de pontes entre os dois hemisférios do Atlântico.

### **Considerações Finais**

Ao longo deste artigo foi possível compreender como o Atlântico Sul tornou-se cada vez mais central no entorno estratégico brasileiro. Também foi possível ter uma percepção geral dos principais desafios estratégicos e geopolíticos que a presença de potências extrarregionais apresenta ao Brasil e aos demais Estados situados no Atlântico Sul.

Diante deste cenário, o Brasil atuou em duas direções: a) buscou o fortalecimento de suas capacidades estatais, por meio da ampliação de suas parcerias e acordos de cooperação e de transferência de tecnologia com países do Norte; b) fortaleceu a sua atuação bilateral com os países atlânticos e a sua atuação multilateral em fóruns que contassem com participação dos países situados no Atlântico Sul.

Demonstrou-se nesta pesquisa que a consolidação do entorno estratégico brasileiro ampliado passou por amplos debates e iniciativas domésticas que consolidaram a estratégia do Brasil para o seu território marítimo, a Amazônia Azul, e para uma inserção internacional em todo o Atlântico Sul. Portanto, os dados empíricos denotam que o Brasil consolida o seu Entorno Estratégico, sem deixar de lado as suas interações com os demais Estados Atlânticos, sejam eles os países situados no Atlântico Sul, ou mesmo aquelas potências extrarregionais europeias, que possuem uma importante atuação no contexto mais amplo do Atlântico.

Sem dúvidas, o caminho mais frutífero para um diálogo alinhado aos interesses estratégicos brasileiros, ocorre pela promoção da cooperação em defesa com tais atores. No entanto, ainda é necessidade engendrar uma maior coesão entre as estratégias marítimas e os planos de ação existentes ao Norte e ao Sul, para que as pontes entre os atores-chave do Atlântico sejam construídas e consolidadas.

Em um exercício prospectivo e, diante da atual conjuntura, torna-se importante reforçar que a prioridade para o cenário atual deve ser na promoção de acordos quadro de cooperação em defesa que prevejam transferência de tecnologia e no fortalecimento das capacidades materiais dos Estados Sul-atlânticos. Ademais, também devem ser fortalecidas as iniciativas multilaterais tradicionais, como a Zopacas e a CPLP, por serem fóruns que já debatem proficuamente a dimensão da defesa, assim como deve haver um maior investimento brasileiro em iniciativas, tais como o Centro do Atlântico,

proposto por Portugal, que resguardam em si, o potencial de servir como um *hub* de difusão de ideias e propostas diplomáticas entre o eixo Norte e Sul do Atlântico. Espera-se, portanto, com os dados apresentados nesta pesquisa, fomentar e aprofundar o debate e a relevância dos estudos sobre a segurança e a defesa do Atlântico Sul, bem como em ressaltar como a cooperação em defesa pode ser um instrumento importante de aproximação dos Estados do Sul com as potências extrarregionais europeias. Por fim, os dados apresentados por esta pesquisa enfatizam a importância de se investir em projetos de cooperação em defesa, que prevejam a transferência de tecnologia, tendo em vista que eles se tornam essenciais para fortalecer as capacidades materiais dos Estados que buscam promover a paz e a cooperação, sem deixar de possuir elementos dissuasórios necessários para afastar as ameaças e garantir a sua defesa nacional.

## Referências

- Abdenur, A., Souza Neto, D. de. (2014). O Atlântico Sul e a Cooperação em Defesa entre o Brasil e a África. In, Reginaldo Mattar Nasser e Rodrigo Fracalossi de Moraes, Org., *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea.
- Abimide. (2017). Brasil e Portugal assinam acordo de cooperação na área de defesa. Brasília: Ministério da Defesa.
- Albuquerque, J. L. C. (2008). Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. *Cadernos CERU*. v. 19, n. 1.
- Almeida, Eugénio Costa, Bernardino, Luís Manuel Brás. (2013). Uma reflexão estratégica sobre a segurança e defesa em Angola e a intervenção no contexto regional subsaariano. *Revista Militar*, n.º 2532, pp. 45-67.
- Amorim, C. (2016). A Grande Estratégia do Brasil: discursos, artigos e entrevistas da gestão no Ministério da Defesa (2011-2014). Brasília: FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão, 2016, São Paulo: UNESP.
- Battaglino, Jorge. (2009). O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens. *Revista Nueva Sociedad*, p. 79-89.
- Brasil. (1996). *Política de Defesa Nacional*. URL: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>.
- Brasil. (2005). Decreto Nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Política de Defesa Nacional. Brasília: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, 1º. 7. URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm).
- Brasil. (2008). Decreto n. 6. 703 de 18 de dezembro de 2008. *Estratégia Nacional de Defesa: Paz e Segurança para o Brasil*. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Brasil. (2012). Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa. URL: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>.

- Brasil. (2015). Lei nº 13.187, de 11 de novembro de 2015, *Institui o Dia Nacional da Amazônia Azul*. Brasília: Presidência da República. URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/L13187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13187.htm)
- Carvalho, R. G. (2005). A “Amazônia Azul”. São Paulo: Folha de São Paulo, 11 maio de 2005. URL: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200509.htm>
- Consulado Geral de Portugal em São Paulo (2022). Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. URL: <https://bitly.com/gxFSmD>
- Costa, Murilo Gomes da (2018). *O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 136f.
- Costa, Murilo Gomes da, Duarte, R. S. Costa (2022). A cooperação internacional brasileira em defesa como indutor de inovações. In Amorim, O.; Azevedo, F (org). *Estudos de Defesa: Inovação, estratégia e desenvolvimento industrial*. Rio de Janeiro: FGV. 1 ed., 318p.
- Costa, Wanderley Messias da (2014). Projeção do Brasil no atlântico sul: geopolítica e estratégia. *Revista USP*, nº.95, p. 9-22.
- Davis, S. B. (1996). *A Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.
- Defesa em Foco. (2023). *Exercício Obangame Express 2023 ajuda na segurança marítima no Golfo da Guiné*. Maceió, Alagoas. URL: <https://www.defesaemfoco.com.br/exercicio-obangame-express-2023-ajuda-na-seguranca-maritima-no-golfo-da-guine/>
- Guimarães, Bruno Gomes. (2016). The Brazilian geopolitical strategy for the South Atlantic. *Tensões Mundiais / World Tensions*, Ceará, v. 12 n. 22, p. 295-322.
- Hirschfeld, G. (2014). Transferência de Tecnologia e Nacionalização no PROSUB: Benefícios para o Brasil. Brasília: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara de Deputados. URL: <https://cutt.ly/KdOXUAI>.
- Lima, M. R. S. de., Milani, Carlos *et al.* (2017). *Atlas da política brasileira de defesa*. 1ª Edição. Cidade Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017.
- Maclay, Jeffrey D., Matthew Potter, Robert R. Scott, e Matthew W. (2009). Sibley. *The Fourth Fleet: A Tool of U.S. Engagement in the Americas*. P. Center for Strategic and International Studies.
- Mapa, D. M. (2011). A África na política externa do governo Lula: fortalecimento do diálogo Sul-Sul. In: *XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, julho, 2011. São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], p. 1-16.
- Marinha do Brasil. (2023). *Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC)*. URL: <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/leplac>
- Ministério da Defesa. (2014). *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)*. Brasília: Ministério da Defesa. URL: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacas>.
- Mitozo, F. T. (2017). *Cooperação Técnica e Transferência Tecnológica como estratégia de desenvolvimento econômico: Uma Análise Através Do Programa Fx-2 Da Força Aérea Brasileira*. Monografia – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 46 f.

- Moura Neto, Júlio Soares de (2012). *Discurso na Abertura do III Simpósio Das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*. Sítio da Web. Defesa Aérea e Naval. URL: <http://www.defesaaereanaval.com.br/discurso-do-comandante-da-marinha-na-abertura-do-iii-simposio-das-marinhas-cplp/>
- Neves, André Luiz Varella. (2015). Atlântico sul: projeção estratégica do brasil para o século XXI. In: Gheller, G. F., Gonzales, S. L. de M., Mello, L. P. de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. – Brasília: IPEA: NEP.
- Oliveira, G. Z. de, Silva, I. L. da; Paludo, J. (2013). A África no pós-Guerra Fria: geopolítica e novos atores. In Spohr, Alexandre Piffero; Medeiros, Klei; Stadnik, Marjorie. *Relações Internacionais para Educadores: África em Foco*, 1.ed. p. 161-183. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Penha, E. A. (2011). *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. 1. ed. Salvador: EUFBA.
- Penna, Filho, P. (2015). Reflexões sobre o Brasil e os Desafios do Atlântico Sul no Início do Século XXI. In GHELLER, Gilberto Fernando; GONZALES, Selma Lúcia de Moura; MELLO, Laerte Peotta de. *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*. – Brasília: IPEA: NEP.
- Petrobrás. (2023). Bacias. URL: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/>
- Portugal (2022). *Cooperação no Domínio da Defesa*. URL: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cdd>
- Portugal. (2023). Ministério da Defesa Nacional. *The Atlantic Centre*. Lisboa, Portugal. URL: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/ac/about>
- Preusser de Mattos, F. (2013). *Agendas de Segurança do Brasil e dos Estados Unidos da América para o Entorno Estratégico Brasileiro*. 76 f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Reino Unido (2023). *Deployments South Atlantic Islands*. URL: <https://www.army.mod.uk/deployments/south-atlantic-islands/>
- SAAB (2023). *Transferência de Tecnologia*. URL: <https://www.saab.com/pt-br/markets/brasil/gripen-para-o-brasil/transferencia-de-tecnologia>
- Sois, T. D.; Roedel, C. (2015). O Entorno estratégico do Brasil: elementos históricos e atuais. *Anais... Caxias do Sul: 3º Congresso de pesquisa e extensão da FSG – Centro Universitário da Serra Gaúcha*.
- União Africana (2012). *Estratégia Marítima Integrada de África 2050*. URL: [https://au.int/sites/default/files/documents/30932-doc2050\\_aim\\_strategy\\_pt\\_0.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/30932-doc2050_aim_strategy_pt_0.pdf)
- Wikimedia Commons (2023). Unified Combatant Commands map. URL: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Unified\\_Combatant\\_Commands\\_map.png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Unified_Combatant_Commands_map.png)
-